

A construção teórico/metodológica de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários em instituições de ensino superior do oeste do Paraná

Aline Mendonça dos Santos (UERJ) aline@athenas.brte.com.br

Resumo

As Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários (ITEES) são propostas interdisciplinares, construídas com a perspectiva de elaborar um planejamento que procura reunir pesquisa e extensão em torno do tema da Economia Solidária, voltado para o atendimento das necessidades mais prementes dos excluídos da sociedade e que ao mesmo tempo pretende responder pelos objetivos e anseios programáticos da universidade.

Palavras-chave: Incubadora; Interdisciplinaridade; Economia Solidária.

1. Introdução

Esta produção tem a finalidade de socializar um esforço acadêmico de constituir projetos de extensão universitária em duas universidades no oeste do Paraná. O desafio é enorme, uma vez que as instituições em questão são bastante novas e recentemente estão instituindo o processo de pesquisa e extensão universitária. Para fazer tal discussão foi preservado o nome das instituições por entender desnecessário tal citação já que o importante aqui é discutir a construção teórica metodológica dos projetos.

2. Contexto em que se faz necessário as iniciativas acadêmicas

Nas duas últimas décadas houve uma adesão da sociedade a teorias neoliberais, confortando o sistema capitalista num processo de globalização e intensificação do processo de abertura da economia aos mercados internacionais. Privatizaram-se atividades sociais e econômicas, incrementou-se aceleradamente a reestruturação produtiva, o que trouxe uma maior concentração do poder econômico.

A indústria brasileira sofre uma perda de mercado e várias empresas fecham suas portas e reduzem o emprego. Com isso, milhões de trabalhadores são excluídos e ficam as margens do mercado de trabalho. A atual conjuntura se configura num campo de competitividade onde tudo é disputa: as empresas disputam o mercado e em consequência disso disputam a redução de custos de produção, por outro lado as pessoas disputam espaços no mundo do trabalho, pois as empresas, buscando reduzir custos e ampliar lucros, estão investindo em tecnologia, o que promove a produção com menos pessoas trabalhando. Ocorre uma reestruturação nos meios de produção, menos trabalhadores são requeridos para produzir bens de consumo final. Com isso, temos um quadro de exclusão e desemprego que afeta todas as camadas da sociedade, principalmente a mais empobrecida, que não encontrou condições de qualificação.

Tendo presente esta nova dinâmica nas relações sociais e de trabalho têm-se que as transformações no mundo do trabalho, na organização econômica, o crescente desemprego, são algumas das consequências que contribuem para o acirramento da crise social contemporânea propagando a questão social.

Desta forma, tem-se que a falta de emprego é a causa mais evidente do desajuste social. As transformações representam uma minimização do emprego, sobretudo se elas se somarem, como afirma Guimarães:

Na década de 90, a globalização da economia e a reestruturação produtiva, somadas à privatização das empresas públicas, representaram para os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma dramática ruptura, responsável por um quadro de desemprego com índices jamais vistos em nossa história.

Trabalhadores antes incluídos nos mercados formais vieram somar-se aos já historicamente excluídos, pertencentes ao mercado informal. A partir do momento que a referência social do trabalhador está atrelada à sua inserção na economia, a perda do trabalho formal significa muito mais que a perda financeira (GUIMARÃES, 1999, p.05).

Nesse contexto de mudança que se visualiza um forte movimento de novas formas de organização do trabalho e da produção, bem como importantes formas de trabalho coletivo, pois esta situação está levando vários grupos de trabalhadores a se unirem para assumir o controle da organização do seu trabalho e de processos produtivos. Os trabalhadores se envolvem com a economia solidária motivados por aportes externos, entidades que acreditam na economia solidária como uma possível alternativa ao desemprego, que convidam os trabalhadores a participar de cursos, reuniões, feiras sensibilizando-os a se organizarem e aderirem ao processo.

É expressivo o número de experiências coletivas de trabalho e de produção que se configuram em todo o país. Os trabalhadores, impulsionados pela falta de alternativas e por convicções políticas organizaram-se nas mais diversas formas como cooperativas de produção, de consumo, de crédito e de serviços, associações, empresas de autogestão, bancos comunitários e várias organizações populares, que no geral compreendem o que esta se chamando de economia solidária.

Paul Singer, estudioso que tem se dedicado ao tema no Brasil, costuma dizer que a economia solidária está ressurgindo, não se trata de uma simples herança do cooperativismo, mas uma revivência das lutas históricas dos trabalhadores. Trata-se de um movimento dos trabalhadores colocado em pauta frente a crise social do país, condicionado pela crise do capitalismo que abre espaço para novas formas de economia.

No Brasil, primeiro observou-se o crescimento de cooperativas agropecuárias que visavam reforçar a classe dos produtores rurais. Logo as empresas de autogestão e as experiências populares roubaram a cena, provocando o interesse de aportes externos que se constituíram na perspectiva de apoiar os empreendimentos coletivos e consolidar uma outra relação de trabalho na sociedade contemporânea.

Frente à conjuntura desfavorável propiciada pela dinâmica dessa sociedade, é visível que a Economia Solidária aparece com maior incidência nos anos 90, como reação ao processo de fechamento dos postos de trabalho, à exclusão social, tornando-se um foco crescente de interesses e atenções, como alternativa e tentativa de inserções no mundo do trabalho. As pessoas têm mais espaços no mundo do trabalho se estiverem coletivamente organizadas do que isoladas (SINGER, 2000).

A partir dessa situação é que a economia solidária conquistou apreço da academia que direcionou seus vários estudos a fim de compreender o novo fenômeno. Foi então, que as universidades, articuladas com outros setores envolvidos com a questão, instituem denominações e conceituações da economia solidária, que ainda hoje apresenta dificuldades em ser definida.

3. A economia solidária em pauta

São várias as concepções que tentam definir a economia solidária, que muitas vezes é considerada por outras terminologias, como terceiro setor, socioeconomia, economia popular, etc, mas no Brasil o termo economia solidária é que vem predominando. O adjetivo solidário na economia solidária é apresentado como nova racionalidade econômica (GAIGER, 2002). Tal adjetivo ainda é muito questionado, uma vez que alguns pensadores o remetem a uma dependência recíproca, por outro lado, o solidário recupera a igualdade como condição do exercício da liberdade, no sentido de que a realização da solidariedade implica a criação de condições históricas de igualdade. A plenitude da liberdade, neste sentido, não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, que deve levar em conta interesses individuais, passíveis de se tornarem coletivos.

A questão da solidariedade remete a economia solidária a um ponto fundamental do seu desenvolvimento, pois a prática da economia solidária não se apresenta apenas como uma maneira de inserção na esfera do mercado regular, mas com a realização de um trabalho solidário, concreto, que interfere diretamente na vida do trabalhador, podendo estabelecer uma identidade autônoma. Essa identidade se modifica na medida em que o trabalhador internaliza os resultados do seu próprio trabalho, descartando o caráter alienante da atividade produtiva e promovendo a solidariedade no processo de trabalho o que possibilita a formação de um outro sujeito, que vivencia uma satisfação no trabalho.

A economia solidária configura-se por novas práticas e é entendida como uma maneira de sobrevivência do trabalhador, dispensando-o da exploração da mais-valia, consolidando um processo que inibe a acumulação de capital e ainda contribui para a construção de uma organização democrática, solidária, associada, desalienada, capaz de impulsionar o indivíduo como sujeito do seu processo histórico. O processo produtivo do empreendimento é enriquecido pela autogestão dos trabalhadores. O êxito econômico e administrativo das iniciativas de economia solidária perpassa a questão política, assim os trabalhadores devem estar comprometidos com a causa, estabelecendo outra relação de trabalho.

A auto-estima melhora com as novas condições de vida e de trabalho. Ela está relacionada à assimilação de novas representações de compreensão da realidade, a mudança de postura dos trabalhadores e suas capacidades de ações coletivas. Assim a economia solidária forma novas identidades autônomas resgatando uma liberdade de ser, capaz de romper com a situação de alienação, pois os trabalhadores podem ser entendidos como sujeitos coletivos, cujas identidades vão se formando num processo dialógico resistente a exclusão estrutural.

Os empreendimentos econômicos solidários se diferem de uma empresa capitalista pela organização social da produção, pela relação estabelecida entre os associados e entre essas pessoas e o capital, ou seja, na economia solidária as pessoas trabalham juntas solidariamente e se apropriam de forma igualitária da sobra (lucro no capital) originada pelo trabalho coletivo. As decisões também são coletivas, a assembléia dos trabalhadores é soberana, e assim o trabalho se torna superior ao capital. Princípios éticos como cooperação, autogestão e solidariedade não se limitam a características das iniciativas de economia solidária, mas contribuem para avantajá-las frente à economia capitalista. Consolidar tais princípios depende de uma assimilação da nova práxis e da relação entre os processos econômicos e os processos culturais.

Quase nunca as iniciativas de economia solidária se inserem nos mesmos espaços institucionais do cooperativismo tradicional. Pois algumas cooperativas formaram-se a partir de benefícios constitucionais e se burocratizam. Existem cooperativas de comercialização cujos sócios são capitalistas, isto ocorreu muito na década de 80 com as cooperativas

agropecuárias. Certamente estas pretensas cooperativas pouco têm em comum com as iniciativas que compõem a economia solidária e que são formadas por trabalhadores que procuram criar para si e para a sociedade alternativas democráticas ao sistema.

Embora apresentadas estas possibilidades e hipóteses de construção, a economia solidária esbarra no quesito viabilidade, que acaba interferindo no cotidiano e, portanto, na construção de novos valores. Desta forma, as dificuldades podem anular os resultados possíveis, como evidencia Gaiger:

(...) as iniciativas econômicas solidárias, mesmo quando logram ganhos relevantes, chocam-se seguidamente com obstáculos que tornam seus resultados passageiros. Barreiras diversas muitas vezes, intransponíveis, acabam por impedir sua viabilização a médio e longo prazos. Os desafios mais sérios apresentam-se sob o prisma econômico. Problemas de gerenciamento, por falta de preparo ou de soluções organizativas, ao lado de dificuldades para repor o capital de giro, são muito freqüentes, a ponto de darem a impressão de que as feições solidárias que essas experiências procuram assumir tornam-se um empecilho, em certo momento, ao aprimoramento gerencial e à maior eficiência, comprometendo assim, já na raiz, as suas chances de continuidade e crescimento. (GAIGER, 1998, p. 63)

A economia solidária é um fenômeno que tem desencadeado fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, porém nenhum destes deve sobrepor a outro. A eficiência e efetividade dos empreendimentos econômicos solidários dependem de um equilíbrio entre estes fatores engendrando mudanças qualitativas capazes de superar a racionalidade capitalista.

Apesar de possuir uma longa história, o fenômeno economia solidária ainda tem pouca visibilidade e importância econômica. No entanto, as organizações coletivas vêm apresentando um significado cultural de grande importância, constituindo-se como processo de enfrentamento à precarização das condições e relações de trabalho. Tais organizações não estão se constituindo em simples paliativos à falta de empregos e sim, configurando-se como possíveis criadoras de uma “nova cultura do trabalho”, alicerçada nos pressupostos da solidariedade, da autogestão e da igualdade.

Consolidar um empreendimento econômico solidário é um processo bastante demorado e nem sempre é obtido o sucesso. Os trabalhadores passam por diversos momentos ao tentar organizar um empreendimento coletivo. As dificuldades são muitas, pois num EES os trabalhadores não envolvem-se apenas na organização da produção, mas também com a administração do negócio. Esse processo não é nada fácil, estudos afirmam que a economia solidária é uma proposta que deve buscar caminhar de forma equilibrada, ou seja, o econômico não deve sobrepor-se ao solidário, ao político e vice-versa. O fato é que muitas vezes os empreendimentos sobrepoem o econômico ao solidário, reproduzindo a lógica vigente, na ânsia de viabilizar o empreendimento no mercado capitalista, ou sobrepoem o solidário ao econômico, configurando empreendimentos sem viabilidade econômica.

4. O envolvimento das universidades com a temática da economia solidária

Diante dos acontecimentos dos últimos tempos, as universidades brasileiras interessaram-se pela questão e começaram a dedicar esforços para a economia solidária (pois se trata de uma temática nova que está apresentando relevância social) seja através da pesquisa ou da extensão universitária. A Universidade Federal do Rio de Janeiro foi pioneira na elaboração de um projeto de extensão que auxiliasse os empreendimentos de economia solidária, formando a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Brasil. Logo outras universidades aderiram a este processo e as incubadoras decidem formar uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua, “tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a Incubação) mas também de ensino e pesquisa. O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas

(empreendimentos) e para entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando. A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva.” (Singer, 2002)

Nessa perspectiva, as ITEES do oeste do Paraná são formatadas, baseando-se nas referências das outras Incubadoras universitárias (ITCP's), como um projeto de extensão com o intuito de prestar assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo (princípios difundidos pelos pioneiros de Rochdale - grande experiência cooperativa reconhecida mundialmente) entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a apurarem as técnicas empregadas, a legalizarem as cooperativas, a buscarem mercados e financiamentos e etc.

A realidade sócio-econômica do oeste do Paraná não é diferente das demais localidades do Brasil. Da mesma forma essa região possui potencial para constituir incubadoras que direcionem sua práxis para empreendimentos econômicos solidários, pois possui um quadro técnico universitário capacitado para realizar tal atividade de intervenção, bem como possui um pool de entidades do poder público e da sociedade civil dispostos a se inserir no referido projeto como parceiro.

Para dar conta desta proposta os envolvidos com este planejamento se empenharam em traçar um plano de trabalho onde foram definidas as diretrizes do mesmo. Logo se preocuparam em discutir a estrutura das ITEES diante da instituição de ensino/pesquisa/extensão; por fim, abordaram uma metodologia que vise apresentar princípios básicos para o desenvolvimento do processo, até mesmo porque trata-se de um processo que deve ser desenvolvido pela equipe interdisciplinar.

Diante das argumentações anteriores, percebe-se que a discussão em torno da Economia Solidária ainda é muito recente no Brasil. No Paraná essa condição é mais evidente, pois ainda são poucos os sujeitos envolvidos que estão apresentando interesse na temática e conseqüentemente buscando se apropriar das elaborações a respeito da mesma.

Diante desse contexto sentiu-se a necessidade de potencializar um processo de sensibilização da comunidade acadêmica em relação à economia solidária que precede a implementação, propriamente dita, da Incubadora. Para tanto se pensou em três momentos distintos e relacionados:

- 1º MOMENTO: Constituição do núcleo interdisciplinar (professores e alunos) que responderá pela ITEES e que será responsável pelo planejamento final e metodologia da mesma;
- 2º MOMENTO: Lançamento e divulgação da ITEES. Isso implica na informação e qualificação para os acadêmicos interessados em se inserirem no processo, bem como na socialização do projeto com a sociedade;
- 3º MOMENTO: Implementação da incubadora que compreenderá na seleção dos grupos incubados, formação das equipes de incubagem e execução da metodologia prevista pelo núcleo interdisciplinar.

Experienciar o 1º momento desta proposta é de suma importância, uma vez que é a base de todo o processo e tem como essência a interdisciplinaridade na construção de uma metodologia de incubagem que promova a emancipação dos empreendimentos econômicos solidários que serão acompanhados futuramente.

A equipe se solidificou com um grupo de professores interessados e seduzidos pela proposta inicial. Assim, chegou-se à nossa primeira conclusão: trabalhar para consolidar a economia solidária na região. Em meio à confusão prática e teórica, oriunda da divergência de saberes acadêmicos, tal trabalho requeria uma boa dose de estudo e discussão solidária, pautada pela avaliação sem pré-conceitos de experiências históricas e pela humildade de quem estava entrando num caminho já trilhado por muita gente, há muito tempo, do ponto de vista do cooperativismo (iniciativas solidárias), e por pouca gente, há pouco tempo (embora de forma corajosa e criativa), do ponto de vista das incubadoras. A pesquisa e leitura culminaram num envolvimento maior do grupo que pautou suas atividades a um conjunto de ações.

A primeira delas foi pesquisar – o que não aconteceu sem algumas dificuldades – a metodologia e o trabalho das outras incubadoras de cooperativas e mesmo das incubadoras de microempresas.

A segunda, pautar uma discussão qualificada baseada nos paradigmas clássicos da economia.

A terceira foi produzir um estudo coletivo da história do cooperativismo e da conjuntura atual da economia solidária, de modo a estabelecer uma perspectiva crítico-teórica sobre o tipo de ação que pretendíamos produzir, em sua forma (procedimentos) e em seus objetivos.

Todavia, o fechamento dessas discussões requer uma cristalização documental – na ampliação e qualificação do projeto inicial – e política, na construção de instrumentos de parceria interna e externa que viabilizem o projeto.

Para a equipe, como já havia acontecido com as demais incubadoras, todo este esforço está adquirindo um caráter utópico decisivo: é muito mais que um trabalho (profissional): tornou-se uma ação social concreta, plena de significados para todos. Porém, como toda paixão – que salva e enferma ao mesmo tempo –, o entusiasmo continua vindo junto com a angústia e o medo de que nossas expectativas não saíam das reuniões e dos papéis, mas a compreensão de nossa caminhada enquanto **processo** torna decisiva nossa capacidade de empreender o *novo*: estamos envolvidos com algo muito recente, cujas poucas experiências não se aplicam diretamente à nossa realidade.

Nos debates percebemos, talvez não com muita clareza, o duplo caráter utópico do processo de incubagem: o caráter objetivo-econômico e subjetivo-político que com certeza merece semanas ou meses de trabalho intenso, de discussão metodológica e de cuidadosa articulação política e só então adquirir a segurança necessária para executar os momentos posteriores previstos no planejamento.

Referências

ANTEAG. *Autogestão – construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: Anteag, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *As dimensões da crise no mundo do trabalho*. <http://www.ufba.br> Acesso em: out. de 2000.

CATTANI, Antonio David (org). *A outra economia: os conceitos essenciais*. In: *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GUIMARÃES, Gonçalo (org). *Uma cidade para todos*. In: *Integrar cooperativas*. Rio de Janeiro: Unitrabalho – CUT, 1999.

SINGER, Paul. *Economia Solidária no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.